

Notas e Informações

Congresso

A democracia, em perigo

Já se disse nestas Notas que a inflação é mal absoluto, que tem o condão de abalar todas as estruturas nacionais, a partir da formação de uma mentalidade que se caracteriza perfeitamente na expressão *venha a nós*. O episódio em que os parlamentares, na calada da noite, deram quórum para votações no Congresso apenas para fixar sua nova remuneração é dos que ilustram bem a decadência dos costumes no País; e, com ela, a insensibilidade dos representantes do povo pelo juízo com que os avalie a opinião pública. Desde a promulgação da Constituição, o Congresso nada deliberava, precisamente por falta de quórum. Deu-se a desculpa de que senadores e deputados, depois de 5 de outubro, estavam empenhados nas eleições municipais. Pois bem, a consulta às urnas realizou-se a 15 de novembro e só no fim do mês passado e anteontem os parlamentares compareceram em número suficiente para, no plenário, votar uma ou duas proposições e agora conceder-se o aumento de seus vencimentos, que são de causar inveja, pois incluem parcelas de valor substancial. As demais matérias que precisam ser votadas, como a regulamentação do salário mínimo, podem esperar. O importante, pelo visto, era tomar a decisão que os favorecia.

Quanto vão ganhar, afinal, senadores e deputados, para desempenhar o mandato eletivo? Entre cruzados embolsados, benefícios e vantagens, algo que exhibe a intenção de se colocar a salvo das dificuldades que assaltam o povo, nestes dias. Subsídios, em valor de dezembro corrente, Cz\$ 2.785.812,70; representação, Cz\$ 1.955.590,10; ajuda de custo, Cz\$ 2.785.812,70 (equivalente a um subsídio), paga duas vezes por ano; passagens aé-

reas, quatro mensais, compreendendo a saída de Brasília e a volta para lá, de qualquer lugar do território nacional. Some-se a isso a residência gratuita (apartamento funcional) ou auxílio moradia, auferido em espécie e não sujeito ao Imposto de Renda, do valor de Cz\$ 490.000,00 mensais. Julga o leitor que é só? Há mais: franquia postal para 800 cartas e 200 telegramas por mês; franquia telefônica, correspondente a 200 impulsos entre Brasília e o Estado de origem do nobre representante; e, para remate, cotas de material de expediente, como papel, envelopes, componentes de escritório etc. A tudo se acrescenta a despesa indireta com funcionários: assessores, secretárias, continuos... Os quadros do Legislativo regurgitam pessoal.

Não se esqueceram os congressistas de estipular que, de agora em diante, fazem jus a reajustes mensais com base na URP, que ninguém é de ferro e o mandato tem de ser bem cumprido, além de ser bastante comprido — comparado, por exemplo, ao dos deputados americanos, eleitos ou reeleitos para a Câmara a cada dois anos. De acordo com a Constituição, o projeto aprovado determina desconto para o Imposto de Renda. Antes, não o pagavam e ganhavam menos; agora, pagam-no mas o que o *leão* lhes leva, eles repuseram prontamente.

Na pressa de votar de madrugada, esqueceram-se de que os partidos de esquerda chamavam atenção para o fato de não se dever votar em causa própria sem, antes, esgotar a pauta de votações de projetos e proposições diversos, cuja importância é inegável. O salário mínimo, a regulamentação do direito de greve e tudo o mais que se acumula nessa pauta pode ficar para

depois. Para o deputado Ulysses Guimarães, tudo se justifica: "Vários deputados que vivem de seu salário estavam enfrentando dificuldades em bancos", disse ele; e concluiu: "Fui consultado para dar urgência ao projeto e o fiz".

Ora, não é preciso ser adivinho para antever o que vem por aí depois que militares e parlamentares descobriram como fugir do Imposto de Renda. É de esperar que os ministros dos tribunais federais acompanhem os parlamentares, majorando sua remuneração. Depois, será a vez da Justiça estadual. O Ministério Público não ficará atrás; e, a reboque dele, surgirão os delegados de polícia, seguidos dos oficiais das PMs. Ninguém se negará a imitar o exemplo, nas Assembleias Legislativas ou nas Câmaras Municipais.

Por tudo isso e mais alguma coisa a imagem da classe política está irremediavelmente desgastada; são muitas iniciativas, todas adotadas há muito tempo, como se houvesse o propósito de comprometer os políticos e levar o descrédito ao sistema de mandato eletivo, exercitado aqui (ressalvadas as exceções de praxe) para uso e gozo de quantos o tenham alcançado. A democracia só tem a perder com isso; e está correndo sério perigo.

Parece que soou o grito: salve-se quem puder. Quem não pode salvar-se é o assalariado (o que recebe e declara na cédula C), desde que seu *hollerith* seja suficiente para o *leão* abocanhar a parcela maiúscula que lhe acalmará a fome.

Haverá, depois de tudo isso, quem ainda se assuste com o que as eleições de 15 de novembro revelaram?